

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.597 - SC (2019/0232044-3)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : PAULO MARCONDES BRINCAS - SC006599
RENATO MARCONDES BRINCAS - SC008540
MARLI COLLMAN - SC039286
AGRAVADO : VILMAR JOSÉ DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : PEDRO ROBERTO DONEL - SC011888
FREDERICO JOSE RAMOS VIRMOND

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por OI S.A., em face de acórdão assim ementado (fl. 58):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TELEFONIA.
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ORDEM DE EXIBIÇÃO DO
CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. RECURSO
DA EXECUTADA.
DEFINIÇÃO DO VALOR INTEGRALIZADO. TEMA NÃO
ABORDADO PELA DECISÃO AGRAVADA.
RAZÃO DISSOCIADA. RECURSO NÃO CONHECIDO NO
PONTO.
CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA.
RADIOGRAFIA. INSUFICIÊNCIA. NECESSIDADE DE
JUNTADA DO CONTRATO ORIGINAL.
DOCUMENTO NÃO APRESENTADO SEM JUSTIFICATIVA
NO PRAZO DESIGNADO.
APLICAÇÃO DO ART. 524, § 5º, DO CPC/2015.
VERBA HONORÁRIA RECURSAL. NÃO CABIMENTO.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 84/87).

Nas razões do especial, a ora agravante alega ofensa ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, por omissão do Tribunal de origem, ao não se pronunciar sobre a "necessária relativização da presunção de veracidade aplicada" (fl. 104).

No mérito, argui dissídio jurisprudencial "acerca da aplicação da presunção de veracidade do art. 524, §§ 4º e 5º do CPC/2015, para acolher o cálculo do credor em

caso de ausência de apresentação do contrato" (fl. 90), desconsiderando a radiografia do contrato. Afirma que "a presunção de veracidade contida no parágrafo 5º do art. 524 do CPC/2015 (antigo art. 475-B, § 2º do CPC/93), é relativa, pois deve se dar somente 'com base nos dados de que [o exequente] dispõe', havendo, ainda, a possibilidade de o juiz fazer o uso do contador judicial, quando o cálculo exceder os limites da decisão exequenda, regra esta esculpida no parágrafo 2º, do art. 524 do CPC" (fls. 100/101), "sendo medida impositiva a limitação da presunção de veracidade somente ao valor integralizado" (fl. 108).

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

Inicialmente, verifico que não há omissão alguma ou ausência de fundamentação na apreciação das questões suscitadas.

Esclareça-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão proferido nos embargos de declaração, assim redigidos (fl. 87):

No caso concreto a decisão embargada não padece de erro material, haja vista o não conhecimento do recurso no tocante à tese de "definição do valor integralizado", porque não houve manifestação da autoridade judiciária acerca do ponto na decisão agravada.

Ainda, acerca do art. 524, §5º, do CPC, restou expresso no acórdão que "a autoridade judiciária não especificou o alcance da presunção de veracidade e, por isso, não é possível a análise desse ponto" (p. 62).

Esclareça-se, ainda, que não se traduz em omissão a motivação contrária ao interesse da parte ou que deixe de se pronunciar acerca de pontos considerados irrelevantes.

A Corte local entendeu necessária a exibição do contrato pelos seguintes motivos (fls. 60/61):

A autoridade judiciária não se manifestou quanto ao valor integralizado mas, apenas, determinou a exibição de documentos (p. 75-76 dos autos originários).

Desse modo, a razão recursal sobre o tema está dissociada da decisão.

Logo, não se conhece do recurso neste ponto.

(...)

Relativamente à insurgência contra a determinação para exibição de documentos, é responsabilidade da concessionária de telefonia a apresentação dos documentos comuns à empresa sucedida e ao participante financeiro, mormente quando reconhecida a relação comercial havida à época da expansão das linhas telefônicas na fase de conhecimento (...) Além disso, o contrato de participação financeira é necessário para a elaboração do cálculo, uma vez que sem ele a parte credora não possui condições de demonstrar o valor que entende efetivamente integralizado.

As razões acima expostas não foram devidamente impugnadas nas razões do especial, sendo inviável o provimento do especial por aplicação da Súmula 283/STF.

Quanto ao mais, o Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu pela necessidade de exibição do contrato e que "a não exibição dos documentos não afasta a presunção da veracidade dos cálculos apresentados pelo exequente, nos termos do art. 524, § 5º, do CPC/2015" (fl. 61).

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXCESSO DE EXECUÇÃO. CÁLCULOS. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. AFASTAMENTO. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).
2. A via do apelo excepcional não se presta para verificar excesso na execução de título judicial, pois essa medida demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que esbarra no óbice estampado na Súmula 7 do STJ.
3. Esta Corte Superior já entendeu que a presunção de veracidade prevista no art. 475-B, § 2º, do CPC/1973 é relativa, "conclusão que

se extrai a partir de uma interpretação conjunta dos parágrafos do próprio artigo mencionado e da necessidade de adstrição da execução aos limites do título executivo". 4. Hipótese em que não há como rever o entendimento externado pelo Tribunal de origem de que aquela presunção legal não significa "permissão para realização de cálculo fundado em lançamentos hipotéticos, fictícios e evidentemente superiores ao real valor" do crédito constante do título, sem contrariar o teor da Súmula 7 do STJ, porquanto extraído dos elementos de prova constantes dos autos.

5. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1041747/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 23/04/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. 1. ART. 400 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. 2. ART. 475-B, §§ 1º E 2º, DO CPC/1973. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. PENALIDADE APLICADA NA ORIGEM. NECESSIDADE DE JUNTADA DO CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. ALTERAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 3. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A matéria ou a tese relacionada ao artigo apontado violado não foi enfrentada pelo acórdão recorrido, o que obsta o conhecimento do recurso especial. Nesse ponto, incidem as Súmulas 282 e 356 do STF.

2. A alteração do entendimento firmado no aresto impugnado - no sentido de ser necessária a juntada do contrato de participação financeira e, conseqüentemente, da possibilidade de aplicação da penalidade de presunção de veracidade dos cálculos apresentados pela credora - só seria possível mediante o revolvimento do acervo fático-probatório do respectivo processo, providência vedada nesta instância extraordinária em decorrência do disposto na Súmula 7 do STJ.

3. O não conhecimento do recurso especial pela alínea a do permissivo constitucional, diante da incidência da Súmula 7/STJ, prejudica o exame do dissídio jurisprudencial.

Superior Tribunal de Justiça

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1041620/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 28/09/2017)

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora